



MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016
DESEMPENHO ESTADUAL
DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

A gestão estadual para o período 2015 a 2018 tem suas bases estabelecidas no modelo de Gestão Pública orientada para o alcance de resultados, no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos, com vistas à efetividade das políticas públicas, na promoção do desenvolvimento territorial, superando os desafios e potencializando as oportunidades regionais, e na intersectorialidade para a implementação de estratégias setoriais articuladas, centradas em territórios, superando a fragmentação das políticas públicas.

A visão de futuro que o presente Governo construiu de forma participativa traduziu-se em “o Ceará que queremos”. Os espaços de participação garantiram um debate qualificado, com o engajamento de técnicos, lideranças e sociedade civil, fortalecendo uma cultura democrática e gerando compromissos fundamentais entre os diferentes atores. Os muitos “Cearás”, portanto, puderam se manifestar das mais diversas maneiras, por expressivas representações da sociedade civil organizada, reconhecidas como referências nas áreas objeto dos debates e por sua capacidade de transformar a realidade cearense.

A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará requereu seu desdobramento nos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os “7 Cearás”: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico.

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

O Ceará da Gestão Democrática por Resultados reúne, entre seus objetivos fundamentais na busca da sustentabilidade, a garantia do crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e redução persistente das desigualdades.

O ponto de partida deste eixo assenta-se na necessidade do planejamento estratégico, democrático, inclusivo e participativo; e na pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes, dotados de eficiência, eficácia e de impacto.

Um modelo que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, requerendo mudança de postura dos gestores públicos e a consciência de compromissos pactuados que condicionam o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

O êxito da implementação deste modelo pressupõe a integração de eixos e definições estratégicas; o entrelaçamento de processos, recursos, programas/produtos com os resultados; a internalização e compartilhamento de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação permanente.

Desse modo, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade, pressupõe uma agenda governamental que reconheça e incorpore a importância da transversalidade dos temas, da intersectorialidade das ações e do desenvolvimento regional sustentável em seu sentido mais amplo, que percebe e examina a realidade como espectro e resultado de múltiplas determinações.

Uma administração eficaz e eficiente pode repercutir em todo sistema social, na medida em que ocorra a transição de iniciativas setoriais para arranjos multissetoriais e transversais, favorecendo um melhor desempenho dos atores públicos e a alocação técnica e adequada de recursos.

O planejamento regionalizado e descentralizado cria as condições para a construção de vetores econômicos interdependentes, corredores mais dinâmicos de atividades, fortalecimento de aptidões regionais, elevação da eficiência sistêmica, rumo à ruptura da geração de pobreza e desigualdade.

O ano de 2015 foi o último do Plano Plurianual 2012-2015, que precedeu o atual PPA (2016-2019). Nessa transição, coloca-se como ponto de confluência o modelo de Gestão por Resultados, que incorpora dois pressupostos: definição dos objetivos, traduzidos em resultados estratégicos e temáticos, e dos indicadores, aferidos e assumidos pelo conjunto da administração pública.

A formulação da nova estratégia de planejamento e de sua implementação nos próximos quatro anos, constam do PPA, e, anualmente, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Em sintonia com a política federal, o Governo estadual reconhece a necessidade do fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle social, transparência e qualidade da gestão – enquanto formulação qualitativa para a efetiva democratização do Estado.

A qualificação da gestão pública, com o aprimoramento técnico e político dos processos de incorporação social e o adequado atendimento à população, permitirá ao Estado cumprir seu papel no fomento ao desenvolvimento e superação das desigualdades.

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016
DESEMPENHO ESTADUAL
DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

O diálogo entre governo e sociedade deve assegurar a participação popular no processo decisório e na gestão das políticas públicas; propiciar maior transparência; requerer produção qualificada; aprimorar o acesso e disponibilizar e divulgar a informação.

Nessa cultura de aproximação entre Governo e sociedade, dois instrumentos de controle social assumem especial protagonismo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. Tais dispositivos contribuem para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

Um Estado transparente e comprometido com a participação social fortalece a capacidade de gestão fiscal, da racionalização e controle da qualidade dos gastos, aproximando-se de suas metas e ações finalísticas, e da execução dos seus empreendimentos estratégicos.

Dessa forma, o Governo busca se qualificar em seu desempenho de planejamento e gestão, aprimorando o processo de monitoramento e avaliação das suas ações, referenciando-se no desempenho dos últimos anos.

Tabela 12: Indicadores Estratégicos do Ceará da Gestão Democrática por Resultados 2010–2015

Indicador	Uni.	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	%	83,4	84,5	87,3	88,5	96,7	91,1
Outras Despesas Correntes em relação à Receita Corrente Líquida	%	39,0	36,6	32,1	33,1	35,9	33,6
Gastos correntes finalísticos em relação à despesa total	%	19,5	19,3	18,0	17,6	18,0	17,9
Resultado primário	R\$ mi.	877,16	1.881,42	621,07	746,17	455,33	1.413,19
Nível de endividamento (quociente entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida-RCL)	prop.	0,28	0,29	0,28	0,29	0,42	0,55
Investimento em relação à Receita Corrente Líquida	%	32,40	23,60	17,00	16,70	24,10	15,80
Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas ⁽¹⁾	Nº		27.198	45.341	52.933	35.773	38.101

Fonte: Seplag/Sefaz/CGEFonte: Seplag/Sefaz/CGE

(1) Referem-se às manifestações procedentes respondidas até 30/11/2015.

Os indicadores relativos ao eixo da Gestão Pública mostram uma política bem sucedida do Governo Estadual. A gestão do planejamento permitiu a execução dos recursos orçamentários planejados para as regiões estaduais superar 91% em 2015, o segundo melhor resultado da série em análise. Por sua vez, os gastos correntes finalísticos, que se referem ao funcionamento das unidades e serviços que atendem diretamente à população, mantêm certa estabilidade em relação à despesa total, em especial entre 2012 e 2015, apesar da expansão dos equipamentos da rede estadual, favorecendo a disponibilidade de recursos para os investimentos estaduais.

A gestão fiscal, marcada pelo esforço do Governo de alavancar receitas e controlar a qualidade do gasto público, continua a assegurar uma trajetória sustentável para o endividamento público, mantendo-o no nível de 0,55 em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, enquanto o limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é duas vezes a RCL. É importante salientar que a garantia desta margem favorável do indicador em relação ao limite, mesmo com uma ampla carteira de investimentos, reafirma o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas e, portanto, demonstra sua solidez fiscal.

Por seu turno, o compromisso com a transparência e o controle social se revela no indicador referente às respostas encaminhadas ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, que somaram 38.101, correspondendo a 86,7% das manifestações em 2015, o que sinaliza a perspectiva de aproximação da meta do Governo de atendimento integral, com o fechamento dos dados do ano.

CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se na articulação de um conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social das classes e camadas excluídas da sociedade, no que diz respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos e dos direitos civis.

Tais políticas se articulam ou conjugam ao firme propósito de ampliar o acesso aos bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. Sob a noção de acolhimento na concepção e fortalecimento de uma ação pública, o Governo passa, de modo programático, a assumir o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária: segura, inclusiva e garantidora de direitos sociais.

O acolhimento torna-se então um dos principais eixos de política de Governo, como condição primordial para se avançar no desenvolvimento econômico, político, socioambiental e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, na política governamental, acolher é mais que um verbo: é um substantivo ato de respeito, diálogo e compartilhamento que se transformam no compromisso de responder às necessidades e assegurar os direitos dos cearenses de todas as gerações.

A presente gestão, em sintonia com os governos municipais e a gestão federal, com entidades representativas, categorias profissionais, organizações e setores sociais, orienta suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento do lastro de lutas legado pelo processo de redemocratização do país, de conquista dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação, a exemplo dos Conselhos Tutelares, de Políticas Públicas, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros, e ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

- ▷ Análise de 1.400 processos pertinentes à compensação previdenciária a receber e a pagar junto ao INSS, acumulando 5.387 pedidos de cobertura financeira pelo SUPSEC, proporcionando o recebimento de uma receita líquida para a Previdência Social Estadual de R\$ 16,308 milhões.

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo organizar-se e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, porém organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. Para tanto é preciso fortalecer a participação cidadã, controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Tal fortalecimento também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação, fórum de interconselhos.

Por meio da verificação do comportamento dos indicadores temáticos contidos na tabela a seguir é possível demonstrar o desempenho da política de governo neste tema estratégico.

Tabela 3: Indicadores Temáticos da Transparência, Controle e Participação Social 2010–2015

Indicador	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Recomendações Reincidentes de Auditoria	%	49,00	58,00	0	0	0	0
Percentual de Dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC ⁽¹⁾	%	88,00	89,61	83,48	97,54	63,89	70,05
Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas ⁽²⁾	nº	0	27.198	45.341	52.933	35.773	38.101

Fonte: CGE

(1) A data-base utilizada para obtenção do indicador foi 25/11/2015;

(2) Referem-se às manifestações procedentes respondidas até 30/11/2015.

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016
DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

O indicador “Recomendações Reincidentes de Auditoria” expressa a eficácia das medidas das ações implementadas pelos órgãos e entidades para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria. Em função do período de transferência e adaptação da atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF para o âmbito do Controle Interno Preventivo, o resultado desse indicador não pôde ser aferido no ano de 2015.

O indicador “Percentual de dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC” expressa a quantidade de dias em que os órgãos da Administração Direta do Estado do Ceará permanecem inscritos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, em relação à quantidade de dias úteis do ano. O CAUC, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, relativamente aos estados e municípios brasileiros. Entre os anos de 2014 e 2015, esse indicador apresentou um acréscimo de pouco mais de seis pontos percentuais, saindo de 63,89% para 70,05%.

O indicador “Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas”, que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a Ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações procedentes registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, apresentou um total de 38.101 manifestações respondidas, correspondendo ao percentual de 86,7% em 2015, indicando uma tendência de atuação da CGE em 100% das demandas de Ouvidoria.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que o Governo pudesse alcançar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas pela Casa Civil, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – Arce e pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, por meio dos programas Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas; Regulação dos Serviços Públicos Delegados; Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental; e Participação e Controle Social, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 120,16 milhões.

PROGRAMA 035 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa contribui, de forma prioritária, para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado, e tem como metas prioritárias:

Metas Prioritárias 2012 – 2015	Programado 2015	Realizado 2015
Produzir 960 edições do Diário Oficial do Estado	235	246
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias	30	33
Realizar 2.400 eventos governamentais	450	631
Apoiar 400 entidades da sociedade civil	100	121
Apoiar 400 entidades de outras esferas de governo	100	60

Fonte: Casa Civil

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- ▷ Formalização de 181 convênios para fomentar a implementação de Políticas Públicas, sendo 121 com instituições e organizações da Sociedade Civil e sessenta com outras esferas de Governo;
- ▷ Realização de mais de 630 eventos diversos, com destaque para: 51 eventos de inauguração; 317 solenidades de secretarias e órgãos governamentais; 21 campanhas da área da saúde; apoio a doze campeonatos esportivos, 39 campanhas da área da saúde; apoio a 122 eventos culturais e participativos; onze eventos de promoções de Policiais e Bombeiros Militares;
- ▷ Emissão e divulgação de 246 edições do Diário Oficial do Estado, publicadas com aproximadamente 130.000 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares;
- ▷ Implantação de uma política de comunicação e de publicidade das ações de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, com o desenvolvimento e implementação de 33 campanhas / ações publicitárias.

PROGRAMA 053 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Os principais objetivos do Programa envolvem a avaliação e a fiscalização da qualidade e eficiência dos serviços regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – Arce, o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação econômica para assegurar tarifas adequadas para os usuários desses serviços e o fortalecimento dos instrumentos de ouvidoria e de controle social. Sua meta prioritária é:

Meta Prioritária 2012 – 2015	Programado 2015	Realizado 2015
Implantar metodologia de avaliação de eficiência, para fins de revisão e reajuste tarifário, nos serviços públicos de saneamento básico até 2015.	2	1

Fonte: Arce

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016
DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- ▷ Realização de seis ações de fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia Energética do Ceará – Coelce; três fiscalizações econômico-financeiras dos serviços de energia elétrica para verificar descumprimento de determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;
- ▷ Realização de duas ações de fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado prestados pela Companhia de água e Esgoto do Ceará – Cagece; e, de 63 ações de fiscalização direta dos serviços em municípios operados pela Cagece, verificando-se aspectos operacionais da prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- ▷ Revisão tarifária dos serviços de gás canalizado e do sistema de transporte intermunicipal de passageiros dos serviços metropolitano regular, interurbano regular e interurbano complementar;
- ▷ Acompanhamento do cumprimento de dezesseis Planos Municipais de Saneamento Básico por meio de inspeção amostral e elaboração de relatório de acompanhamento;
- ▷ Prestação de apoio técnico à elaboração de dezenove Planos Municipais de Saneamento e revisão do Plano Municipal de Saneamento de Juazeiro do Norte;
- ▷ Certificação da base de ativos regulatórios da Cagece para aperfeiçoamento da metodologia de avaliação e eficiência dos serviços públicos de saneamento básico e para fins de revisão e reajuste tarifário;
- ▷ Análise e encerramento de 6.290 solicitações de ouvidoria de usuários dos serviços de energia elétrica e de 349 solicitações relacionadas aos serviços de saneamento básico, transporte e gás canalizado;
- ▷ Realização de oito audiências públicas presenciais e/ou de intercâmbio documental assegurando a participação, o controle social e a legitimação das ações da Arce.

PROGRAMA 063 – CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O programa tem como objetivo a implantação de ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a implantação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, e tem como meta prioritária:

Meta Prioritária 2012 – 2015	Programado 2015	Realizado 2015
Realizar 28 auditorias especializadas no âmbito da Administração Pública Estadual	14	7

Fonte: CGEFonte: CGE

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- ▷ Realização de capacitação para dez turmas de servidores responsáveis pelo processo de transferências de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres, com utilização do Siconv-CE;

- ▷ Realização de seis turmas de capacitação para os servidores que atuam como membros das comissões gestoras do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF nos órgãos e entidades do Estado, com vistas a facilitar o monitoramento de ações voltadas para a prevenção e mitigação de riscos e a não recorrência de fragilidades;
- ▷ Coordenação do Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, Grupo de Assessoramento ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – Cogerf, tendo sido analisados 321 processos;
- ▷ Realização de 74 atividades de auditoria de instrução de Tomadas de Contas Especiais; 91 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2014; duas atividades de Auditoria Especial de Apuração de Denúncias; cinco atividades de Auditoria de Obras Públicas; e duas atividades de Auditoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ▷ Realização de três edições do Fórum Permanente de Controle Interno;
- ▷ Realização da IX edição do Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema “O Controle Interno e a Prevenção à Corrupção”;
- ▷ Disponibilização da Coletânea de Normas do Controle Interno, que sistematiza atos normativos considerados de grande relevância para gestores públicos;
- ▷ Publicação do livro “Enunciados CGE”, para gestores e servidores públicos de uma maneira geral, sobre as orientações e entendimentos da CGE, relacionados à racionalização da despesa pública, a procedimentos de licitações, a contratos e convênios, dentre outros.

PROGRAMA 064 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O programa tem como objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e exercício da Cidadania, e tem como meta prioritária:

Meta Prioritária 2012 – 2015	Programado 2015	Realizado 2015
Propor 124 intervenções aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	0	40

Fonte: CGE.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- ▷ Realização de quatro turmas de capacitação em Gestão da Ética Pública, destinada aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- ▷ Realização de três turmas de capacitação para a Rede de Ouvidorias, do Curso Básico para Formação de Ouvidores;
- ▷ Registro de 39.633 manifestações no Sistema de Ouvidoria, com índice de respostas encaminhadas ao cidadão superior a 99%, relativamente às manifestações procedentes;
- ▷ Registro de 56.291 solicitações de informações no módulo de Acesso à Informação do Sistema de Ouvidoria;
- ▷ Emissão de 47 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI.

